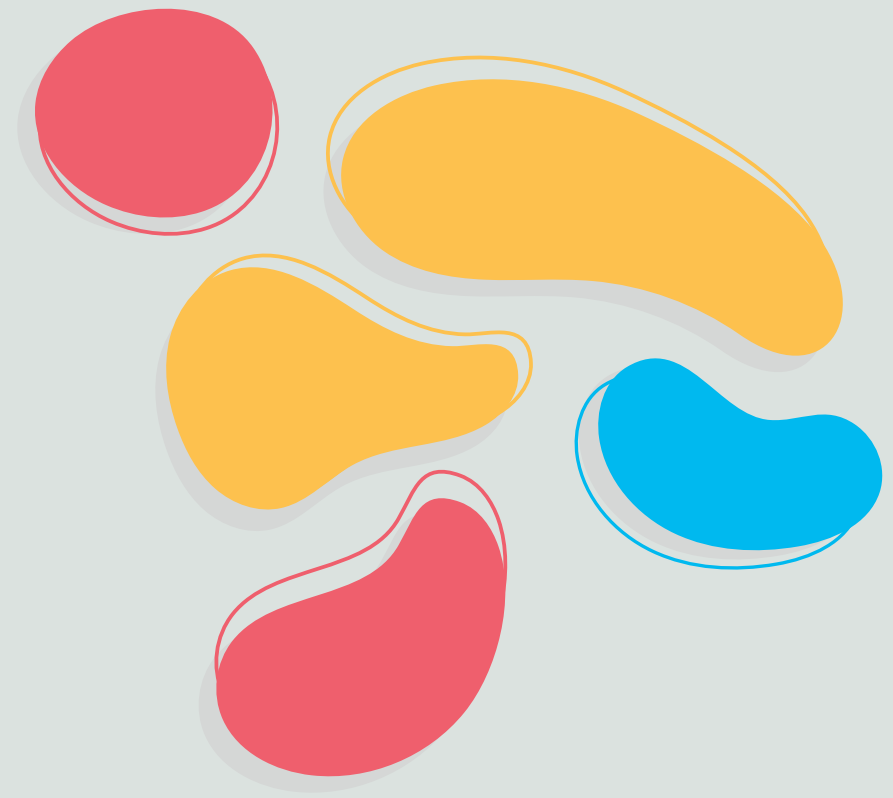




Resultados

2020

Objetivos Estratégicos

O TRE-GO elegeu em seu Planejamento de longo prazo, 8 Objetivos Estratégicos, distribuídos em 3 perspectivas de monitoramento dos resultados da gestão, replicando tais objetivos no Plano de Gestão, que abrange o período das contas ora prestadas:

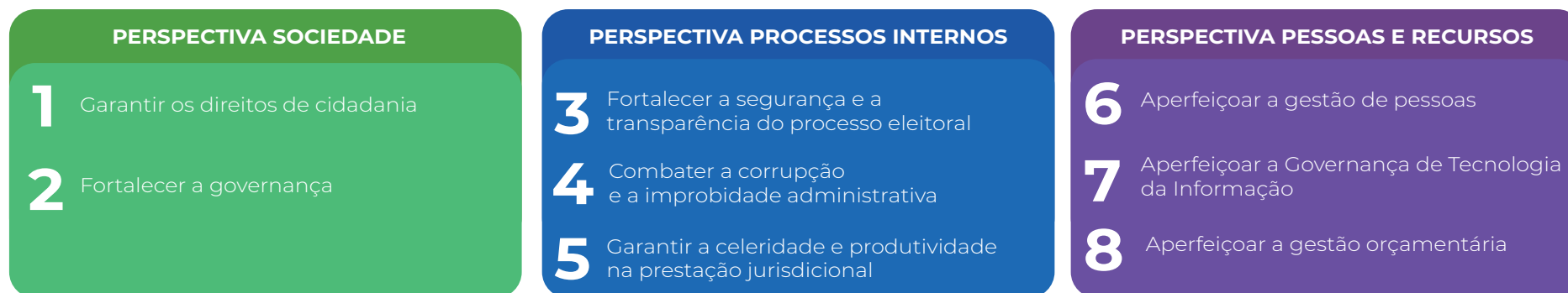


Figura 23: Objetivos estratégicos

Indicadores Estratégicos

Observando a análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do órgão referente ao exercício de 2020, verifica-se que 62,5% dos indicadores estratégicos alcançaram os resultados propostos para o período:

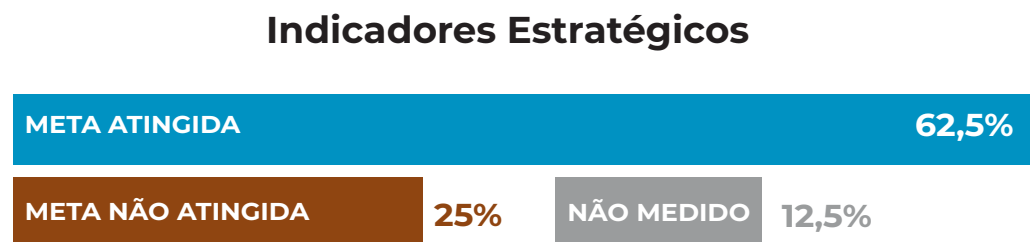


Figura 24: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos

Indicador	Meta	Resultado
IE 1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania	75%	100%
IE 2 - Índice de fortalecimento da governança	65%	88,80%
%IE 3 - Índice de Fortalecimento da segurança e transparência do processo eleitoral	70%	44,9%
IE 4 - Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa	89%	87,34%
IE 5 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	70%	91,06%
IE 6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas	79%	74,3%
IE 7 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação	72%	N/M
IE 8 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária	77%	90,80%

Tabela 05: Indicadores, resultados e metas

Relativamente ao objetivo “Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação”, ressalta-se que seu resultado é analisado de acordo com o resultado do desempenho obtido pelo iGovTIC (índice de governança em Tecnologia da Informação), extraído do levantamento de governança pública, realizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Neste caso, o índice não foi mensurado, haja vista, o levantamento ter sua realização no ano de 2020 cancelado pelo TCU, conforme informado no site daquela corte (tcu.gov.br).

Indicadores de apoio e desempenho

Dos 24 indicadores de apoio, 50% (12 indicadores) alcançaram as metas definidas:

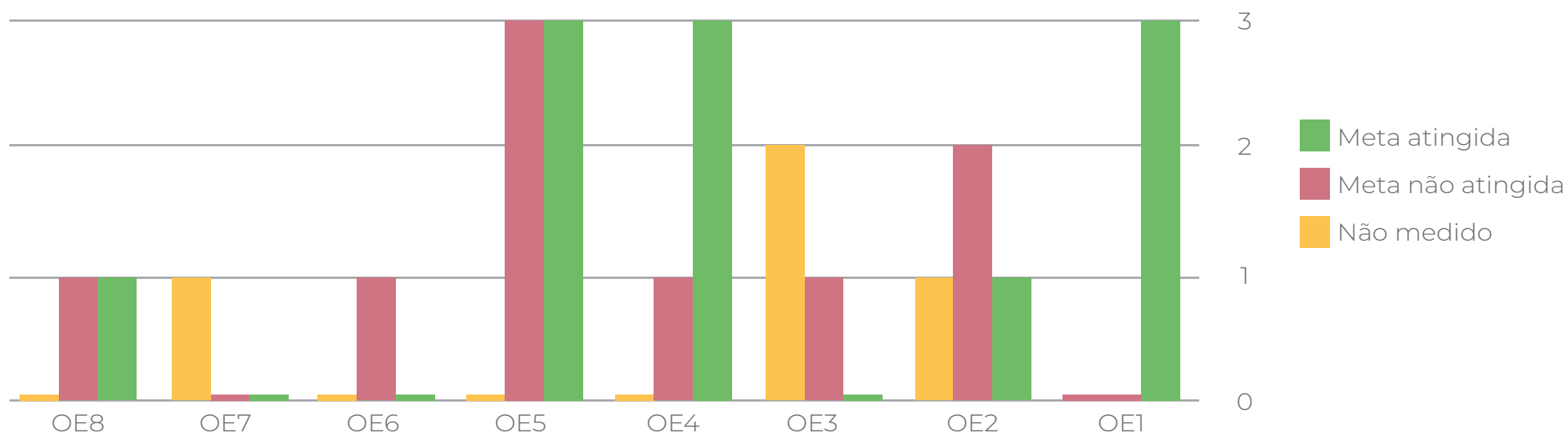


Figura 25: Índice de cumprimento das metas - indicadores de apoio

Os resultados abaixo das expectativas, refletem as dificuldades enfrentadas em decorrência da pandemia do coronavírus, durante o exercício de 2020. No entanto, o desempenho organizacional se configurou positivo, diante das adversidades para se realizar as eleições municipais no ambiente de restrições sanitárias, colhendo-se resultados satisfatórios, conforme pode ser visualizado na figura acima dos resultados dos indicadores estratégicos.

A seguir serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um dos objetivos estratégicos; os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

OE 1 - Garantir os direitos de cidadania

Garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando práticas sustentáveis, acessibilidade e uso de tecnologia limpa.

Diretriz Estratégica:

Melhorar a comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Relação institucional com a sociedade

Processos	Produto
Atendimento ao público	Público atendido
Educação para a cidadania	Ações educativas realizadas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Ampliar os projetos de promoção dos direitos da cidadania;
- ✓ Aprimorar as ações de educação em Direito Eleitoral;
- ✓ Aperfeiçoar as ações de responsabilidade socioambiental;
- ✓ Melhorar a infraestrutura das unidades da Justiça Eleitoral;
- ✓ Construir conteúdo jornalístico e conteúdo digital que busque informar e esclarecer o eleitor a respeito do processo eleitoral e dos valores e ações institucionais;
- ✓ Aperfeiçoar o relacionamento da Justiça Eleitoral goiana com o Cliente-cidadão, referente à solicitação de informações, apresentação de sugestões, reclamações, denúncias relativas a prestação de serviços.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ Estruturar as ações em cidadania de forma remota e fazê-las chegar ao público alvo, tendo em vista a limitação ao acesso digital que grande parte da população possui;
- ✓ Implantação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), quando as unidades do TRE-GO devem intensificar a atenção no tratamento dos dados constantes nas demandas;
- ✓ Realizar a promoção da sustentabilidade, em alinhamento ao Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Resultados alcançados

- ✓ Realização do curso para Eleições 2020, abrangendo os seguintes temas, Direito Processual Eleitoral, Práticas Cartorárias, Direito Processual Penal Eleitoral, Arrecadação e Gastos Ilícitos de Campanha, Abuso de Poder, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito Eleitoral, com 156 inscritos.
- ✓ Curso de Prestação de Contas de Campanha para as Eleições Municipais de 2020, com a capacitação de 170 servidores.
- ✓ Projeto Eleitor do Futuro/Conversando com a Justiça Eleitoral, 360 pessoas participantes.
- ✓ Palestras virtuais nos Colégios Marista, Líder e Interamérica alcançando 380 alunos.
- ✓ Live Participação da Mulher na Política, evento exibido simultaneamente nas plataformas Instagram e YouTube, alcançando 210 espectadores.
- ✓ Realização do webinar intitulado "Aspectos do enfrentamento à desinformação", com 238 inscritos.
- ✓ Demandas registradas na Ouvidoria respondidas ao cidadão no prazo de 4,21 dias úteis.
- ✓ O sistema Tele-Eleitoral realizou 59.013 atendimentos.
- ✓ O desempenho do Plano de Logística Sustentável alcançou 104,16% no resultado final.
- ✓ Aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado para os cartórios de Aparecida de Goiânia, Formosa, Jataí e Rio Verde.
- ✓ 257 matérias para o portal de internet do TRE-GO, 2.700 matérias veiculadas na imprensa com fornecimento de informações do TRE-GO ou com entrevistas, 18 vídeos produzidos alcançando organicamente 2.688 visualizações no Youtube e mais de 1.500 publicações nas redes sociais do órgão

Resultados dos Indicadores Associados



IA1.1: Índice de participação nos projetos de cidadania
 IA1.2: Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à ouvidoria
 IA1.3: Índice de satisfação do cliente da Justiça Eleitoral em Goiás

Justificativa para o resultado

As restrições impostas pelas decisões de isolamento social, emitidas pelas autoridades governamentais refletiram nos resultados dos projetos que visam a promoção dos direitos da cidadania e educação em Direito Eleitoral, impedindo um melhor desempenho. À vista disso, as ações planejadas de forma presencial não puderam ser implementadas. No sentido de atenuar os impactos, foram implementadas iniciativas para a realização de atividades não presenciais, nos formatos online, cursos em EAD e vídeos.

O atendimento ao cidadão alcançou bom desempenho, apesar de ter havido diminuição do número total de demandas respondidas (233 no 3º trimestre, e 192 no 4º), aumentou a quantidade de reclamações (34 no 3º trimestre, e 48 no 4º), que demandam respostas mais elaboradas por parte das unidades competentes.

O desempenho socioambiental no correr do exercício se mostrou bastante satisfatório. A boa notícia ficou por conta da redução considerável do consumo de papel A4 em função da adoção do Processo Judicial Eletrônico - PJe nas zonas eleitorais onde os registros de candidaturas foram realizados, em sua totalidade, via sistema eletrônico, o que gerou uma redução de mais de 36% no consumo.

Figura 26: Objetivo estratégico 1

OE 2 - Fortalecer a governança

Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRE-GO produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal.

Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projeto.

Diretrizes Estratégicas:

- ✓ Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços
- ✓ Consolidar as metodologias de melhorias dos processos e gestão de riscos.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão institucional

Processos	Produto
Gestão da Estratégia	Plano estratégico elaborado, executado e monitorado
Gestão de Projetos	Projetos estratégicos executados e acompanhados, conforme metodologia de gestão de projetos implantada
Gestão de Processos	Processos estratégicos de trabalho mapeados, analisados e melhorados, conforme metodologia de gestão de processos implantada.
Gestão da Qualidade	Sistema de Gestão da Qualidade
Gestão Socioambiental	Meio ambiente equilibrado e condições sociais melhoradas, conforme plano de sustentabilidade
Gestão da informação/ Comunicação	Documentos Elaborados, identificados, catalogados, armazenados e disponibilizados.
	Comunicação institucional adequada.

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Aprimorar e aperfeiçoar os canais de comunicação interna;
- ✓ Aperfeiçoar a gestão da estratégia;
- ✓ Promover o desdobramento da estratégia por meio dos planos táticos das unidades;
- ✓ Promover a melhoria contínua dos macroprocessos da cadeia de valor.

Resultados alcançados

- ✓ 82,61% das aquisições foram realizadas, quando a meta estabelecida foi de 85%.
- ✓ 70% das iniciativas estratégicas foram iniciadas ou concluídas (21 iniciativas de 30).
- ✓ 94,26% de alcance no Ranking da Transparência do Poder Judiciário – 2020.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ As metas estabelecidas para o próximo exercício trazem um tanto de ousadia, haja vista as incertezas que pairam sobre o cenário externo, com reflexos na atuação do regional.
- ✓ Lidar com um orçamento reduzido, em meio a uma crise econômica decorrente do ambiente de restrições que se prolonga, repercutindo negativamente no exercício de 2021.
- ✓ Disponibilizar melhor acesso às informações da transparência, com filtros de busca mais avançados.
- ✓ Superar a meta do 95% do Ranking da Transparência do CNJ.

Resultados dos Indicadores Associados



IA2.1: Índice de adequação ao planejamento das aquisições
 IA2.2: Índice de conformidade ao prazo
 IA2.3: Índice de desempenho do plano de logística sustentável
 IA2.4: Índice de transparência da Justiça Eleitoral (CNJ)

Justificativa para o resultado

Em decorrência da pandemia do novo coronavírus, o desempenho dos indicadores do objetivo estratégico, até certo ponto sofreram os impactos das medidas sanitárias adotadas pelo poder público, refletindo nos resultados. O levantamento de governança pública, que avalia a maturidade da governança da instituição, promovido pelo Tribunal de Contas da União – TCU, previsto anteriormente para ocorrer em 2020, foi adiado para 2021, conforme informado no portal da instituição - tcu.gov.br.

No quesito das contratações, das 46 avaliadas, somente 38 foram executadas. Já o desempenho da execução das iniciativas estratégicas o desempenho foi considerado dentro do esperado, considerando que houveram execuções de iniciativas definidas posteriormente ao Plano Estratégico, concluindo-se que a contribuição dessas iniciativas fora significativa para o desempenho dos objetivos estratégicos.

O desempenho da transparência da Justiça Eleitoral, refletiu o resultado das ações de promoção da conscientização do papel das unidades na prestação de informações acerca dos normativos do CNJ e da Lei de Acesso à Informação, [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#).

Figura 27: Objetivo estratégico 2

OE 3 - Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Certificar o Processo Eleitoral com padronização das práticas e definição de riscos, objetivando o melhor nível de qualidade.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Processo Eleitoral

Processos	Produto
Planejamento de Eleições	Plano de eleições
Cadastro Eleitoral	Cadastro atualizado
Gerenciamento de dados partidários	Órgão partidário gerenciado
	Filiação partidária gerenciada
	Propaganda partidária gerenciada
Registro de Candidaturas	Candidaturas julgadas
Propaganda Eleitoral	Propaganda eleitoral fiscalizada
Atos preparatórios	Mesário convocado/treinado
	Seções e locais de votação preparados e acessíveis
	Urnas preparadas
Votação	Votos e justificativas captados
Apuração e totalização	Votos apurados e totalizados
Divulgação de resultados	Resultado divulgado
Prestação de contas de campanha	Contas julgadas
Diplomação	Candidatos diplomados
Avaliação do processo eleitoral	Processo avaliado

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Promover ações para aperfeiçoamento da gestão do Processo Eleitoral
- ✓ Ampliar divulgação sobre a atuação da Justiça Eleitoral

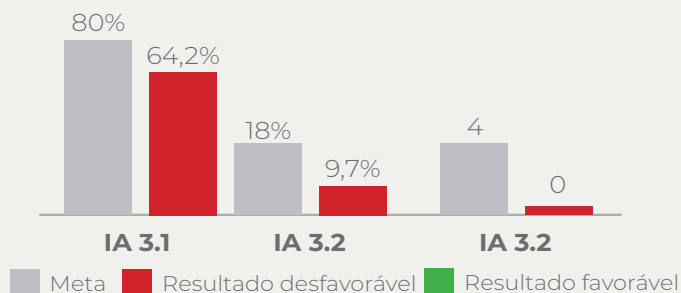
Resultados alcançados

✓ Há 92 (noventa e dois) cartórios eleitorais atualmente no Estado de Goiás. Durante o ano de 2020, foram realizadas inspeções em 9 (nove) unidades cartorárias, todas no 1º semestre, o que representa 9,78% do total. Portanto, a meta de 18%, que equivale a 16 (dezesesseis) inspeções, não foi atingida. Manteve-se o resultado já alcançado no 1º semestre.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ Implementar os ajustes no planejamento das eleições 2022, com base nas avaliações do pleito 2020.
- ✓ Melhor avaliação das inspeções cartorárias em 2021, com a volta das inspeções presenciais e a possibilidade de realização de inspeções virtuais.
- ✓ Publicação do novo contrato para meados de março de 2021, para a retomada da certificação dos processos da cadeia de valor.
- ✓ Execução tempestiva dos projetos do Plano de Gestão 2020-2022, que contribuam com o alcance do objetivo estratégico.

Resultados dos Indicadores Associados



IA3.1: Índice de desempenho dos processos de eleição
 IA3.2: Índice de inspeções nos cartórios eleitorais
 IA3.3: Quantitativo de processos certificados da cadeia de valor

Justificativa para o resultado

Salienta-se que nas Eleições de 2020 alguns subindicadores que compõe o indicador de desempenho dos processos de eleição não foram medidos, pois os seus processos foram abolidos neste pleito ou as circunstâncias legais impossibilitaram a medição, devido à pandemia da COVID-19.

São eles: Reconhecimento biométrico das eleições; Presos provisórios habilitados; Exercício do voto do preso provisório; Satisfação do cliente com o evento de divulgação de resultados; e Satisfação do cliente com a solenidade de diplomação. O desempenho insuficiente em relação à meta das inspeções cartorárias estipulada decorre da suspensão das inspeções cartorárias determinada pelo Provimento VPCRE-GO nº 3/2020, como medida de prevenção do contágio pela COVID-19. A certificação de processos da cadeia de valor não foi mensurada em decorrência da contratação frustrada/deserta da nova certificadora, que ensejou a necessidade da realização de uma nova contratação específica e em caráter direto. Neste sentido, os resultados impactaram negativamente no alcance do objetivo estratégico.

Figura 28: Objetivo estratégico 3

OE 4 - Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

Para tanto, priorizou-se a tramitação dos processos judiciais que tratem dos reflexos eleitorais decorrentes do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e da fiscalização do gasto público no âmbito da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

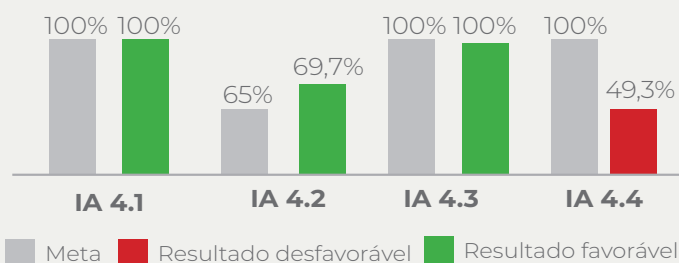
Cadeia de Valor - Macroprocesso Controle

Processos	Produto
Fiscalização da Gestão	Plano anual de fiscalização
Processamento do Controle Externo	Determinações e recomendações observadas
Auditoria Interna	Plano Anual de Atividades de Auditoria (PAAA)
Correição	Relatório de Correição
Inspeção	Relatório de Inspeção

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Aprimorar os mecanismos de combate à corrupção e improbidade administrativa

Resultados dos Indicadores Associados



IA4.1: Índice de execução do plano anual de auditoria

IA4.2: Índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria

IA4.3: Índice de julgamento de processos prioritários 1º grau (Meta 4 CNJ)

IA4.4: Índice de julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ)

Resultados alcançados

- ✓ 100% do plano anual de auditoria iniciado, com algumas auditorias com previsão de conclusão em 2021.
- ✓ Cumprimento de 69,5% em 2020, das recomendações expedidas no período de 2011 a 2020.
- ✓ Implantação das sessões plenárias e sustentações orais por videoconferências ([Resolução TRE-GO nº 321/2020](#)), que permitiu a continuidade dos julgamentos colegiados, e, ainda, a comunicação dos atos judiciais por WhatsApp e e-mail ([Resolução TRE-GO nº 329/2020](#)), que agilizou a marcha processual e reduziu custos.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ Não obstante, os inesperados acontecimentos da COVID-19, mantém-se a perspectiva de avanço nas atividades desenvolvidas até porque dos 32% de execução das recomendações expedidas de 2011 a 2019 conseguiu-se no ano de 2020 avançar para um índice de 69,5% de cumprimento das recomendações expedidas, trazendo assim uma melhoria considerável nos processos de trabalho inclusive no mapeamento das atividades que trazem um incremento na realização das auditorias nas unidades.
- ✓ Manter o desempenho das unidades na melhoria dos processos estruturantes e da governança corporativa apesar de um cenário externo que nos impõe obstáculos extraordinários com a necessidade de manutenção da máquina e dos serviços ao cidadão, com pouco fôlego corporativo para incrementos.
- ✓ O próximo exercício (2021), por ser posterior a ano de eleições municipais, e considerando a complexidade inerente a processos que possam importar em não diplomação ou perda de mandatos eletivos, por certo terá fatores complicadores ao cumprimento da meta estipulada. Todavia, no presente momento, não é possível estimar o volume de processos que comporão a Meta 4 (CNJ).

Justificativa para o resultado

Das auditorias programadas para 2020, 100% foram iniciadas, com algumas tendo previsão de conclusão em 2021.

No quesito atendimento as recomendações de auditoria, pelas unidades, o resultado anual de 69,5% mostra-se bastante positivo principalmente se considerar que a meta estabelecida foi no patamar de 65%.

Já a meta de Julgamento de processos prioritários 2º grau (Meta 4 CNJ) não foi alcançada, tendo o Tribunal atingido o percentual de cumprimento de 49,38% de um alvo fixado em 100% pelo Conselho Nacional de Justiça. No entanto, as medidas sanitárias de contenção do novo coronavírus adotadas por este Regional, como a suspensão da realização de audiências e a execução do trabalho de forma remota pela maior parte dos servidores, impactaram negativamente no escopo da Meta, pois resultaram em prejuízo à instrução processual e inviabilizou que os processos estivessem aptos para julgamento até o final de 2020.

Figura 29: Objetivo estratégico 4

OE 5 - Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

Diretriz Estratégica:

Assegurar a transparência, segurança e probidade no Processo Eleitoral; Expandir a implantação do PJe na Justiça Eleitoral de Goiás

Cadeia de Valor - Macroprocesso Prestação Jurisdicional (1º e 2º Graus)

Processos	Produto
Administração dos Registros e do Processamento dos Feitos Judiciais	Dados atualizados quanto a processos protocolados, autuados, distribuídos, processados, julgados e arquivados/baixados
Processamento de ações no 1º grau	Sentenças de 1º Grau
Processamento de ações e recursos judiciais no 2º grau	Acórdãos e decisões monocráticas

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Desenvolver ações para agilizar o trâmite processual

Resultados dos Indicadores Associados



- IA5.1: Índice de julgamento de processos de conhecimento 1º grau (meta 1 CNJ)
- IA5.2: Índice de julgamento de processos de conhecimento 2º grau (meta 1 CNJ)
- IA5.3: Índice de julgamento de processos antigos 1º grau (Meta 2 CNJ)
- IA5.4: Índice de julgamento de processos antigos 2º grau (Meta 2 CNJ)
- IA5.5: Taxa de congestionamento 1º grau
- IA5.6: Taxa de congestionamento 2º grau

Resultados alcançados

- ✓ 93,68% dos processos de conhecimento 1º grau (Meta 1 CNJ), julgados.
- ✓ Recebidos e julgados 27.996 processos de candidaturas – eleições 2020.
- ✓ 100,96% de processos antigos 1º grau (Meta 2 CNJ) julgados.
- ✓ 108,25% de processos antigos 2º grau (Meta 2 CNJ) julgados.
- ✓ Taxa de congestionamento no 2º grau, em 2020, foi de 26,13%, diante de uma meta de 40% (índice quanto menor melhor).

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ Para o ano de 2021, em curso, a perspectiva é de cumprimento da meta estipulada para julgamento de processos de conhecimento do 1º grau, pois iniciar-se-á o período com alto volume de processos pendentes (principalmente prestações de contas de campanha), cujos julgamentos tendem a ser concluídos ao longo dos primeiros meses.
- ✓ Há tendência de melhora substancial na qualidade dos registros de movimentação processual, em especial aqueles registro que informam o julgamento dos processos. Ademais, houve quantidade menor de processos novos durante o curso de 2019 em relação à 2018.
- ✓ No sentido de que a taxa de congestionamento fique abaixo de 40%, representando o maior desafio a baixa definitiva dos processos referentes às eleições de 2020 e das prestações de contas partidárias no atual contexto de pandemia.

Justificativa para o resultado

O adiamento da realização das Eleições Municipais de 2020 para o mês novembro e dezembro, por força da [Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020](#), impôs a prorrogação dos principais prazos do calendário eleitoral, de modo a inviabilizar que as unidades de 1º e 2º graus concluam, ainda neste período de referência, o julgamento integral da carga processual recebida – concentrada nos últimos meses do ano.

Diante dos desafios enfrentados, o Tribunal implementou ações com o intuito de garantir a prestação jurisdicional de forma efetiva, célere e eficiente.

Nesse contexto, regulamentou a realização de sessões plenárias e sustentações orais por videoconferências (Resolução TRE-GO nº 321/2020), que permitiu a continuidade dos julgamentos colegiados, e, ainda, a comunicação dos atos judiciais por WhatsApp e e-mail (Resolução TRE-GO nº 329/2020), que agilizou a marcha processual e reduziu custos.

Figura 30: Objetivo estratégico 5

OE 6 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRE-GO. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e comportamentais dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Diretriz Estratégica:

Promover a valorização e capacitação do capital humano

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Pessoas

Processos	Produto
Gestão do quadro de pessoal	Pessoal selecionado, distribuído, em atividade e com posterior desligamento efetivado
Gestão de atos e registro de pessoal	Atos e registros organizados, direitos e deveres garantidos
Gestão das competências organizacionais	Pessoal qualificado com competências alinhadas aos objetivos organizacionais e comprometido com as responsabilidades e entregas
Atenção ao servidor	Pessoal motivado e com boa saúde física, mental e emocional

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Implantar a governança de pessoas

Resultados alcançados

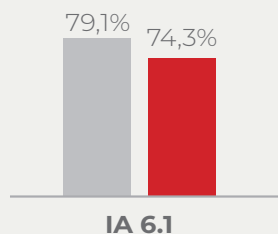
- ✓ O indicador alcançou 74,33%, patamar menor que o esperado para o período, considerando a meta ajustada para 2020 (79,12%). Entretanto, o resultado é significativo ao situar o Tribunal em um patamar aprimorado de maturidade em gestão de pessoas.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ O desafio de continuar avançando os projetos que, em parte, foram influenciados pela pandemia, a exemplo do Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT, que teve seu cronograma flexibilizado pelo TSE, bem como aprovação das políticas de avaliação de desempenho, que visa avaliar o servidor ao longo de toda a sua vida funcional, aprovação da política de reconhecimento, bem como definição de ocupações críticas no Tribunal.

Acredita-se que há espaço para a consolidação de ações que mantenham o indicador no nível aprimorado, ao mesmo tempo em que se revisa o plano estratégico de gestão de pessoas para o próximo sexênio (2022-2027), que certamente demandará contínua adaptação da forma de trabalho à realidade pós-pandemia.

Resultados dos Indicadores Associados



■ Meta ■ Resultado desfavorável ■ Resultado favorável

IA6.1: Índice de maturidade em gestão de pessoas - iGovPessoas

Justificativa para o resultado

As iniciativas estratégicas constantes do Plano de Gestão de Pessoas vêm sendo monitoradas sistematicamente desde o início do projeto, merecendo destaque em 2020 a instituição e início das atividades do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas; a adoção em maior escala da análise de perfis profissionais para escolha de gestores; a intensificação das ações educacionais voltadas para a formação de gestores, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Gerencial; o desenvolvimento de pesquisa sobre equidade de gênero; o oferecimento de oportunidades de desenvolvimento de trabalhos desafiadores; análise de perfis na alocação de servidores (Metodologia DISC), melhorias nos critérios de alocação de equipes nas zonas eleitorais na gestão de picos de demandas nas eleições, como os oriundos de registro de candidaturas e prestação de contas eleitorais, automação de processos administrativos inerentes à Secretaria de Gestão de Pessoas, com impacto em qualidade de vida no trabalho, além de outros pontos de melhoria provocados pela utilização do referencial teórico do TCU – iGovPessoas, que culminaram com a boa evolução do indicador no período.

Figura 31: Objetivo estratégico 6

OE 7 - Aperfeiçoar a governança de tecnologia da informação

Visa orientar a utilização dos instrumentos de tecnologia da informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

Diretriz Estratégica:

Aprimorar a eficiência na prestação dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão de Tecnologia da Informação

Processos	Produto
Planejamento de Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)	Inovações e alinhamento de TIC às políticas e diretrizes da Instituição e órgãos superiores e de controle
Desenvolvimento e administração de soluções de TIC	Soluções compostas por bens e/ou serviços de TIC que se integram, visando contribuir para o alcance dos resultados pretendidos pelo TRE-GO.
Gestão de Infra-estrutura de TIC	Infra-estrutura de TIC apropriada à efetiva prestação dos serviços institucionais
Monitoramento e avaliação de TIC	Conformidade e performance das soluções de TIC aos requisitos estabelecidos pelo TRE-GO
Suporte técnico nas soluções de TIC	Continuidade das soluções de TIC

Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Modernizar a infraestrutura de TI
- ✓ Aprimorar os processos de governança de TI

Resultados dos Indicadores Associados

Não
medido

IA 7.1

IA7.1: Índice de governança e gestão de TI (iGovTI)

Justificativa para o resultado

O iGovTI compõe o Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública, cujo levantamento 2020, em razão do impacto da pandemia do COVID-19 sobre as rotinas administrativas das organizações públicas federais, foi adiado para 2021, conforme informações do site do TCU.

Resultados alcançados

- ✓ Atualização da infraestrutura de microinformática dos 92 Cartórios Eleitorais (100% das Zonas Eleitorais);
- ✓ Implantação de nova solução de cópias de segurança;
- ✓ Atualização da estrutura redundante de serviços de TI;
- ✓ Automatização e implementação da ferramenta de Gestão de Serviços de TI;
- ✓ Melhoria da performance da rede de dados por meio da ampliação da velocidade em 100% dos links que compõem o backbone secundário;
- ✓ Atualização do Planejamento Estratégico de TI (PETIC) e do Plano Diretor de TI (PDTI), permitindo o planejamento e a priorização de iniciativas que propiciem a implantação de soluções tecnológicas.
- ✓ Evolução no índice de governança iGovTIC-JUD do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ, passando de 73% para 77%.

Desafios e perspectivas futuras

- ✓ Utilização do trabalho remoto em grande escala;
- ✓ Defasagem da força mínima de trabalho específica de TI requerida;
- ✓ Ausência de perspectiva de incremento de servidores nos próximos anos;
- ✓ Restrição orçamentária;
- ✓ O posicionamento estratégico da TI como viabilizador da otimização dos processos de trabalho finalísticos, apoio, controle e gestão;
- ✓ As crescentes demandas por implementação de soluções de TI;
- ✓ Transformação digital de serviços;
- ✓ Integração de canais digitais

Perspectivas futuras:

- ✓ Disponibilização de recursos tecnológicos que viabilizem o teletrabalho de forma segura e eficiente;
- ✓ Implementar canais e serviços digitais simples e intuitivos;
- ✓ Redução de custos e ampliação de serviços digitais;
- ✓ Aperfeiçoamento da gestão da Segurança da Informação e Gestão e Proteção de Dados.
- ✓ Aprimoramento das estruturas organizacionais que suportam todos os processos de governança e gestão de serviços compatíveis com a relevância e as demandas de TIC;
- ✓ Aprimoramento dos processos de gerenciamento de projetos.
- ✓ Desenvolvimento das competências gerenciais e técnicas necessárias à operacionalização da governança, gestão e atualização tecnológica.

Figura 32: Objetivo estratégico 7

OE 8 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar às necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das exigências prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

Diretriz Estratégica:

Fortalecer a Gestão Orçamentária de modo a garantir o alinhamento com o planejamento estratégico

Reduzir o prazo de execução dos processos de aquisições de bens e contratações de serviços

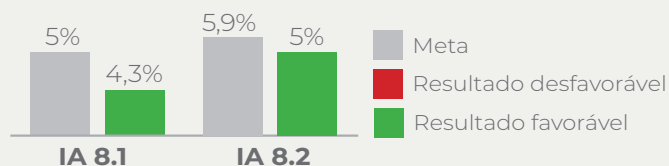
Prioridades estabelecidas - principais iniciativas estratégicas

- ✓ Aperfeiçoar a gestão de contratações e aquisições
- ✓ Alinhar o Planejamento Estratégico e o Orçamentário
- ✓ Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Resultados alcançados

- ✓ O indicador de desempenho Índice de perdas orçamentárias ficou em 4,36%.
- ✓ Já o Índice de inscrição em restos a pagar ficou em 5,92%.

Resultados dos Indicadores Associados



IA8.1: Índice de perdas orçamentárias

IA8.2: índice de inscrição de restos a pagar

Desafios e perspectivas futuras

Para os próximos exercícios espera-se integração ainda maior entre planejamento e a gestão orçamentária, tendo em conta a implantação do Sistema de Acompanhamento das Contratações – SISPAC, de modo a que o gasto esteja cada vez mais relacionado à melhoria contínua dos serviços prestados à sociedade.

Embora os fatores externos prejudiciais em 2020 ainda permaneçam em 2021, este Regional se encontra em fase madura de sua gestão orçamentária e financeira com perspectiva de melhoria contínua para os próximos exercícios, com capacidade para adaptação e resposta rápida às variantes do ambiente interno externo.

Justificativa para o resultado

Quanto às perdas orçamentárias, embora a ocorrência de fatores externos ao controle do Regional (concretização de ameaças) - advento da pandemia da COVID-19, o desempenho do Regional foi bastante satisfatório pois o índice de perda se situou abaixo da meta estipulada, que era de 5%. Os objetivos institucionais foram atendidos com a boa aplicação dos recursos disponibilizados. O resultado vem melhorando gradativamente nos últimos anos, tendo como fator determinante o acompanhamento constante de todo o processo pelos gestores, bem como o amadurecimento do planejamento estratégico do Tribunal.

Para o resultado verificado em restos a pagar, não foi alcançada a meta proposta de 5%. Entretanto, o desempenho de 5,92% denota avanço em relação ao exercício anterior, quando o valor das inscrições alcançou 6,42%. Considerando o ambiente externo complicado em 2020, o resultado é considerado bastante satisfatório.

Cadeia de Valor - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira

Processos	Produto
Planejamento Orçamentário	Proposta Orçamentária consolidada Proposta cadastrada e acompanhada no SIOP
Acompanhamento, Execução e Controle Orçamentário	Programação Orçamentária / QDD Relatório da Programação emitido Reserva Orçamentária - PE Atestado da disponibilidade orçamentária
Acompanhamento, Execução e Controle Financeiro	Programação Financeira Relatório de Execução Financeira Despesa Apropriada Despesa Empenhada Pagamento Realizado Registro da Conformidade Tributos Recolhidos
Informações Gerenciais	Tributos informados a fornecedores Dados consolidados para: Relatório de Gestão Fiscal Relatório Integrado de Gestão Relatório de Prestação de Contas Justiça em Números GFIP

Figura 33: Objetivo estratégico 8

Plano de curto prazo (plano de gestão)

O Plano de Gestão é um desdobramento do [Planejamento Estratégico 2016-2021](#), desenvolvido com a participação colaborativa e integrada das unidades a partir das diretrizes de priorização definidas pela gestão 2020-2022 do Presidente, Desembargador Leandro Crispim, alinhadas às estratégias do Judiciário e diretrizes da Justiça Eleitoral.

O planejamento estratégico institucional define o direcionamento estratégico do órgão através da Missão, Visão, Valores, objetivos estratégicos, indicadores e metas; o Plano de Gestão estabelece as iniciativas do órgão para que o direcionamento estratégico seja alcançado através do cumprimento de suas metas, tendo em vista um período específico.

O Plano de curto prazo, tem abrangência de dois anos, contempla o período de 2020/2022 define as iniciativas em forma de programas, projetos e planos de ações impulsionadoras na execução da estratégia definida.

Diretrizes da Gestão

- ✓ Implementar melhorias dos processos visando a celeridade das ações e decisões administrativas e judiciais com efetividade;
- ✓ Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços;
- ✓ Aperfeiçoar a governança institucional;
- ✓ Promover a colaboração e integração entre as pessoas

Figura 34: Iniciativas executadas no exercício

OE1: Garantir os direitos de cidadania

PROJETO: Descomplicando o Processo Eleitoral

PROJETO: Campanha do primeiro voto

PROJETO: Laboratório de Inovação

OE2: Fortalecer a governança

PROGRAMA: Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas

PROJETO: Implementar o Regimento Interno da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

PROJETO: Desenvolver o monitor de eficiência das zonais eleitorais (BI)

PLANO DE AÇÃO: Elaborar o Plano de Gestão de Riscos das Contratações

PROJETO: Implantação do módulo de gestão de riscos do sistema de gestão corporativa (SE SUITE)

OE3: Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

PROJETO: Implantar a Gestão do Conhecimento - VPCRE

PLANO DE AÇÃO: Plano Integrado de Eleições

PROJETO: Participação da mulher na política

PROJETO: Fórum de direito eleitoral – webinar: democracia, processo eleitoral e pandemia

PLANO DE AÇÃO: Semana da Qualidade

PROJETO: Memória

OE4: Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

PLANO DE AÇÃO: Curso para eleições 2020

PROJETO: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º e 2º graus para meio Eletrônico de tramitação - PJe

PROJETO: Implantar o Processo judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor

OE6: Aperfeiçoar a gestão de pessoas

PROJETO: Prevenção e combate ao assédio moral

OE7: Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação

PROJETO: Melhorias na infraestrutura das aplicações

PROJETO: Estrutura redundante de serviços de TI

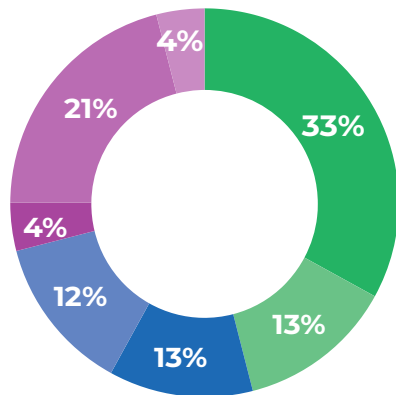
PROJETO: Melhoria da infraestrutura de microinformática

PROJETO: Ampliação de velocidade do Backbone Internet

PROJETO: Implantação de ferramenta de gestão de serviços de TI

OE8: Aperfeiçoar a gestão orçamentária

PROGRAMA: Aperfeiçoamento do Processo de Contratações do TRE-GO



OE1: Garantir os direitos de cidadania

OE2: Fortalecer a governança

OE3: Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral

OE4: Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

OE6: Aperfeiçoar a gestão de pessoas

OE7: Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação

OE8: Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Figura 35: Programas, projetos e ações por objetivo estratégico

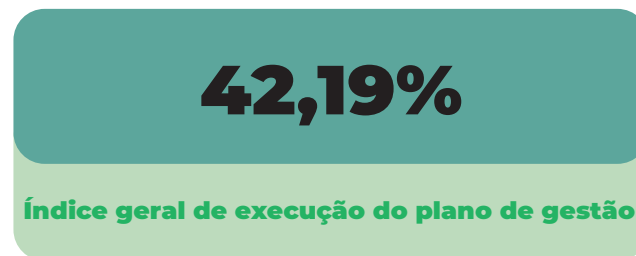


Figura 36: Execução plano de gestão

Objetivo Estratégico 1

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Descomplicando o Processo Eleitoral Responsável: Escola Judiciária Eleitoral	Consiste em uma série de vídeos de curta duração disponibilizados na plataforma EAD da Escola Judiciária Eleitoral, explicando de forma simples e direta o processo eleitoral, visando ampliar os conhecimentos do eleitor acerca do processo eleitoral de forma simplificada e efetiva.	5.000 cidadãos atendidos	100% dos vídeos planejados foram criados, no entanto as exibições nas escolas públicas não aconteceram em virtude das medidas de isolamento social anunciadas pelas autoridades públicas.
Projeto: Campanha do primeiro voto Responsável: Assessoria de Imprensa e Comunicação Social	Consiste na produção e divulgação de campanha de esclarecimentos ao eleitor de primeiro voto. As publicações foram realizadas nas redes sociais, obtendo os seguintes resultados: Instagram 3006 alcances, Twitter 18.000 impressões e Facebook 712 alcances.	Atingir 10% (2.703 Eleitores) do eleitorado de primeiro voto, com base nas informações do cadastro eleitoral.	Obteve os seguintes resultados: Instagram 2.588 alcances, Twitter 1.957 impressões e Facebook 2.330 alcances.
Projeto: Laboratório de Inovação Responsável: Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica / Assistência da Qualidade	Fomentar a inovação institucional com vistas a atender novas demandas da sociedade por meio da melhoria de processos e serviços.	Institucionalização dos Painéis de Inteligência do Negócio até agosto de 2020; implantar 4 inovações nos processos de atendimento aos usuários da Justiça Eleitoral até dezembro de 2021.	O projeto tem a finalidade de promover a inovação no TRE-GO. Foram implantados mais de trinta painéis para a tomada de decisão pela alta direção e consulta em geral. Clique aqui para consultar os painéis.

Objetivo Estratégico 2

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Programa: Informatização e automação de processos de Gestão de Pessoas Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas	Promover a informatização e automação de processos de gestão de pessoas.	Implantar 6 sistemas até novembro de 2020, 4 sistemas até novembro de 2021 e 1 até março de 2022.	Foram implantados 3 de 6 sistemas previstos para o exercício, os 3 restantes se encontram com 41,8% de execução, que serão finalizados até maio de 2022.
Projeto: Monitor de eficiência das zonas eleitorais (BI) Responsável: Vice-presidência e Corregedoria eleitoral	Implantar o monitor de eficiência das zonas eleitorais – Business Intelligence, visando monitorar informações gerenciais que contribuem para o aperfeiçoamento da atividade nas zonas eleitorais.	Implantar o painel de monitoramento das atividades nas zonas eleitorais até abril de 2021.	O percentual de execução alcançado durante o exercício foi de 64%, que serão finalizados até maio de 2022.
Projeto: Implantação do módulo de gestão de riscos no sistema de gestão corporativa (SE SUITE) Responsável: Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica	Implantar sistema automatizado de gestão de riscos, consolidar a implantação da política de gestão de riscos do tribunal.	Cadastrar os riscos do processo eleitoral até outubro de 2020.	Implantação e cadastramento dos riscos concluídos no prazo.
Projeto: Memória Responsável: Secretaria Judiciária	Reunir e divulgar dados importantes da história da Justiça Eleitoral para melhor atender os cidadãos.	Transferência do Centro de Memória da Justiça Eleitoral para a SEBARQ; Catalogação do acervo histórico da Justiça Eleitoral em Goiás e implantação da comemoração do Dia da Memória da Justiça Eleitoral em Goiás, até abril de 2022.	Conclusão prevista para abril de 2022, durante o exercício foram executados 14% do projeto.

Objetivo Estratégico 3

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Gestão do Conhecimento – VPCRE Responsável: Vice-presidência e Corregedoria eleitoral	Visa a melhoria da comunicação institucional e o compartilhamento de informações entre o TRE-GO e a sociedade.	Implantar a gestão eletrônica do conhecimento até outubro de 2020.	O projeto ainda não está concluído e está em fase de execução com 64% do projeto realizado.
Plano de Ação: Plano Integrado de Eleições Responsável: Assessoria de Apoio à Governança e Gestão Estratégica	Definir e executar as ações preparatórias de realização das eleições municipais 2020.	Atingir 80% de processos realizados dentro dos prazos estabelecidos.	O resultado de 64,2% do índice de desempenho dos processos de eleição ficou abaixo das expectativas. Para entendê-lo, é importante destacar as condições em que foram realizadas as eleições municipais 2020, com a medição de alguns indicadores não sendo realizada em decorrência das circunstâncias adversas, causadas pela pandemia, impossibilitando a medição de processos com execuções previstas para ocorrerem presencialmente.

Objetivo Estratégico 4

Projeto: Redução do estoque dos processos e diminuição do seu tempo de julgamento Responsável: Secretaria Judiciária	Diminuir o estoque dos processos que tramitam em 1º e 2º graus de jurisdição, priorizando as classes processuais consideradas para a aferição das Metas Nacionais e do índice de tempo de julgamento dos processos do Justiça em Números.	Meta 1: julgar mais processos não-criminais e criminais do que os distribuídos no ano corrente. Meta 2: julgar processos mais antigos. Julgar até 31/12/2020, 90% dos processos não criminais e criminais distribuídos até 31/12/2018. Meta 4: priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais, julgar até 31/12/2020, 90% dos processos referentes às eleições 2018, distribuídos até 31/12/2019, que possam importar na perda de mandato eletivo.	Até dezembro de 2020 o projeto atingiu 70% de execução.
---	---	--	---

Objetivo Estratégico 4

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Migrar o acervo processual físico em tramitação no 1º e 2º graus para meio eletrônico de tramitação – Pje. Responsável: Secretaria Judiciária / Vice-presidência e Corregedoria eleitoral	Cadastramento dos processos físicos pendentes nas zonas eleitorais e no Tribunal para meio eletrônico, a partir do SADP para o PJe.	Digitalizar e cadastrar 100% do acervo de processos judiciais físicos em tramitação no primeiro e segundo graus no Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe até o final de setembro de 2021	100% dos processos físicos de 2º grau foram digitalizados e cadastrados, no total 85% do projeto foi executado. Está em andamento a digitalização e cadastramento dos processos de primeiro grau.
Projeto: Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor Responsável: Vice-presidência e Corregedoria eleitoral	Implantar sistema de registro, controle e tramitação de procedimentos de competência exclusiva da Corregedoria Regional Eleitoral.	Implantar o Processo Judicial Eletrônico Corregedorias – PJeCor até novembro de 2020.	64% do projeto foi executado, no entanto sua conclusão encontra-se em atraso.

Objetivo Estratégico 5

Não estiveram em execução projetos para este objetivo estratégico (combater a corrupção e a improbidade administrativa.). No entanto, entende-se que as iniciativas inseridas nos objetivos estratégicos de fortalecer a governança institucional e garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional vão ao encontro dessa estratégia.

Objetivo Estratégico 6

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Prevenção e combate ao assédio moral Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas	Proposição de Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Cartilha de Prevenção. O objetivo da iniciativa é promover um ambiente de trabalho saudável e coibir condutas que configurem assédio moral.	Aprovação de política de prevenção e combate ao assédio moral até julho de 2020.	Projeto concluído.

Objetivo Estratégico 7

Programa/projeto/ação	Objetivo	Meta	Resultado
Projeto: Implantação de nova solução de Cópias de Segurança Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Unificar as soluções e os recursos relacionados à cópia e restauração de dados, com aumento do volume de dados armazenados na solução e diminuição do tempo dos procedimentos operacionais de cópia e restauração de dados	Iniciar as rotinas de backup na nova solução até junho de 2020.	Projeto concluído.
Projeto: Estrutura redundante de serviços de TI Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Implantar infraestrutura de Datacenter que implemente redundância de serviços de TI. Assegurar a prestação dos serviços de TI através da melhoria da infraestrutura dos Datacenters do TRE-GO.	Fase 1: Atualização da estrutura redundante de serviços até junho/20; Fase 2: Assegurar a prestação dos serviços de TI através da melhoria da infraestrutura dos Datacenters do TRE-GO.	O projeto definiu duas fases de execução, a primeira fase concluída em junho/2020. Implementar 100% dos equipamentos previstos até agosto de 2021.
Projeto: Melhoria da infraestrutura de Microinformática Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Substituir computadores, impressoras, switches e nobreaks com o objetivo de melhorar a infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais para as Eleições e atividades cartorárias.	Etapa 1: Substituir computadores, impressoras, switches e nobreaks com o objetivo de melhorar a infraestrutura de microinformática dos Cartórios Eleitorais para as Eleições e atividades cartorárias. Etapa 2: Atualizar a infraestrutura de microinformática para aumentar a disponibilidade destes recursos para os usuários de TI e diminuir a necessidade de suporte.	O projeto alcançou 100% da meta prevista para a etapa 1. Adquirir equipamentos de microinformática e distribuídos para as unidades do TRE-GO até julho de 2021.
Projeto: Ampliação de velocidade do Backbone Internet Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação	Melhorar a performance da rede de dados que permite acesso aos sistemas da JE-GO por parte dos usuários de TI com redução de custos.	Implantar novos links de comunicação de dados, em 100% das Zonas Eleitorais e Sede do TRE-GO até setembro de 2020	Implantação concluída.

Tabela 06: Principais projetos por Objetivos Estratégico

Visão geral da execução das iniciativas

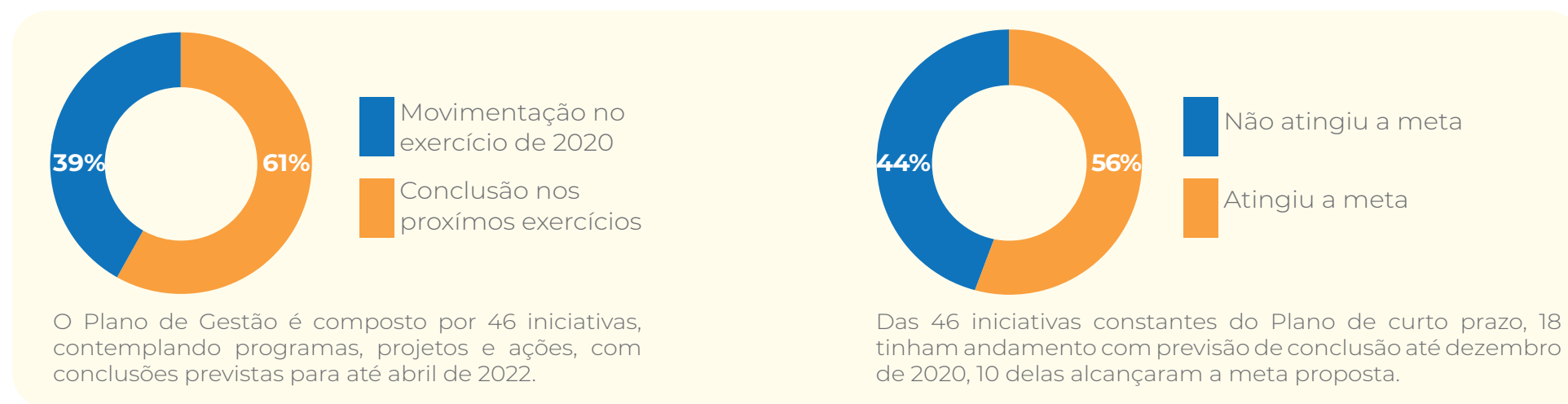


Figura 37: Visão geral da execução das iniciativas

Perspectivas e desafios para os próximos exercícios

O [Plano de Gestão 2020-2022](#), foi concebido com o propósito de dar continuidade à marcha para o aperfeiçoamento da estratégia, traçando o caminho para que programas, projetos e ações transcorressem de forma harmônica e constante na busca dos resultados esperados. No entanto, as medidas de saúde sanitária, em decorrência do novo coronavírus, alterou o modo de relação da organização com processos de trabalho, servidores e a sociedade, influenciando prazos estabelecidos, métodos de gestão, além da própria saúde emocional das pessoas envolvidas.

No momento em que se presta conta a sociedade, relatando resultados e desempenhos, a pandemia mostra-se irreduzível, embora iniciada a vacinação da população em prevenção a COVID-19, criando esperanças no sentido de superação do caos sanitário vivenciado país a fora.

As perspectivas para os próximos exercícios são no sentido de promover revisões das iniciativas que ofereçam pouca probabilidade de desempenho, diante do novo modelo de relação com a sociedade e trabalho remoto, incrementando valor público por meio das iniciativas que visam atender as demandas da sociedade com uso de recursos tecnológicos de automatização de processos de trabalho, perseverar no alinhamento do orçamento ao planejamento estratégico possibilitando disponibilizar recursos para execução de ações de alto valor público.

Para saber mais sobre o desempenho do [Plano de Gestão 2020-2022](#), visite o [painel de acompanhamento](#).

Eleições 2020

As Eleições Municipais de 2020 foram marcadas, durante a pandemia da COVID-19, pela superação da Justiça Eleitoral na realização da maior mobilização social para garantir o sufrágio, priorizando a segurança sanitária dos eleitores e de todos os envolvidos. A Justiça Eleitoral goiana garantiu a excelência de atendimento ao cidadão durante todo o processo e realizou o pleito com segurança e transparência.

O TRE-GO, em cada pleito tem aperfeiçoado o processo eleitoral com vistas a garantir, com o fortalecimento da governança, os subsídios necessários para a tomada de decisões, primando pelo alinhamento estratégico de legitimidade do processo, transparência, celeridade e produtividade na prestação administrativa e jurisdicional.

É cediço que o processo eleitoral se traduz como os procedimentos que envolvem o planejamento e execução das eleições, desde o gerenciamento do cadastro eleitoral até a diplomação dos candidatos eleitos. Deve-se destacar que diante de toda a complexidade que envolve as atividades do processo eleitoral e a busca constante de harmonizar o seu planejamento às expectativas da sociedade, foi necessário repensar vários dos processos de negócio envolvidos e identificar o impacto da pandemia em todos eles.

No início do ano 2019 foi iniciada a elaboração do [Planeja-](#)



[mento Integrado das Eleições 2020](#), sendo concluído em fevereiro de 2020. O objetivo do referido plano foi servir como instrumento de apoio para melhoria dos processos de trabalho das eleições e do sistema de controle interno, com o aperfeiçoamento da eficiência operacional, do fortalecimento da governança e da transparência do processo eleitoral. O cenário pandêmico de absoluta indefinição exigiu, a todo o momento, o redesenho da execução da logística das eleições. Muitos dos processos de trabalho tiveram que ser totalmente remodelados. Buscou-se aperfeiçoar a [gestão de riscos](#), com a identificação dos riscos dos processos das eleições e elaboração de novos planos para mitigá-los.

No final de abril de 2020, em razão da necessidade de manutenção do distanciamento social e visando preservar a saúde de eleitores e servidores, a Justiça Eleitoral garantiu a continuidade do cadastro eleitoral por meio do atendimento virtual, com a utilização do aplicativo Título Net, desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Isso exigiu dos eleitores o acesso a dispositivos com acesso à internet e do Tribunal Regional Eleitoral o reforço na sua infraestrutura de tecnologia da informação, para garantir segurança e qualidade da conexão da rede de dados.



Após o fechamento do cadastro, todas as atividades previstas no planejamento das eleições, como conclusão das contratações e tratamento dos dados do cadastro nacional de eleitorais, foram devidamente executadas consoante cronograma definido. Contudo, o Congresso Nacional aprovou o adiamento das Eleições de 4 de outubro, por meio da [Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020](#). Foi determinado que o primeiro e o segundo turnos seriam realizados nos dias 15 e 29 de novembro. Com isso, todo o cronograma das eleições teve que ser adiado e readequado, com o prejuízo do segundo turno ser realizado somente duas semanas após o primeiro.

Além disso, foi consolidado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) um [Plano de Segurança Sanitária das Eleições Municipais de 2020](#) e entre as principais ações implantadas estavam:

- ✓ ampliação do horário de votação
- ✓ criação de um horário preferencial para eleitores acima de 60 anos
- ✓ uso obrigatório de máscara pelos eleitores
- ✓ distribuição de álcool em gel, máscaras descartáveis e face shields para todos os mesários
- ✓ álcool líquido 70% para higienização de superfícies e instrumentos de trabalho.



Outro desafio das eleições de 2020 envolveu a nomeação e treinamento dos mesários e colaboradores, e a distribuição do benefício alimentação. Muitos mesários e colaboradores, com receio da contaminação da COVID-19, solicitaram a dispensa dos serviços eleitorais, o que sobrecarregou demasiadamente os servidores dos cartórios no trabalho de seleção e convocação de substitutos. O treinamento dos mesários foi realizado quase a totalidade na modalidade de ensino à distância, por meio de aplicativo desenvolvido pelo TSE.

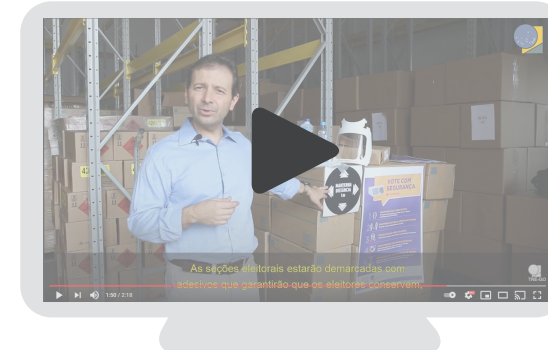
A distribuição do benefício alimentação, a fim de evitar contato físico com dinheiro e contato pessoal com a entrega de valores, ocorreu por meio do aplicativo “carteira digital”, disponibilizado gratuitamente pelo Banco do Brasil a todos os Regionais do país.

Ademais, houve a necessidade, sem amparo no planejado em 2019, de aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual para a segurança dos juízes e servidores durante o período eleitoral.

O TSE junto à iniciativa privada conseguiu a doação de milhares de equipamentos de proteção individual e de álcool líquido e em gel para serem utilizados no dia das eleições para a segurança dos mesários, colaboradores e eleitores.

Coube ao TRE-GO distribuir todo o material às 92 zonas eleitorais de todo o estado. Ao todo foram distribuídos para as zonas mais de 40 toneladas de álcool e milhares de equipamentos de proteção individual (máscaras descartáveis e face shields), além dos materiais ordinários necessários para a realização dos pleitos.

[Clique aqui para assistir ao vídeo](#)



Para garantir o gerenciamento de dados estratégicos do Tribunal, a fim de identificar as informações significativas e úteis para a gestão, foram desenvolvidos 13 painéis de business intelligence especificamente para as eleições, o que permitiu o monitoramento de informações orçamentárias, administrativas, processuais, contratações, o que contribuiu sobremaneira nas tomadas de decisões da administração.

Salienta-se que as eleições ocorreram sem quaisquer incidentes significativos e contou com o apoio da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Federal, que garantiu toda a segurança dos juízes, promotores, mesários, colaboradores e eleitores durante a votação e apuração, nos dois turnos das eleições.

Ademais, ao final das Eleições 2020, foram contabilizados os principais números:



Figura 38: Painel de BI - Eleições 2020

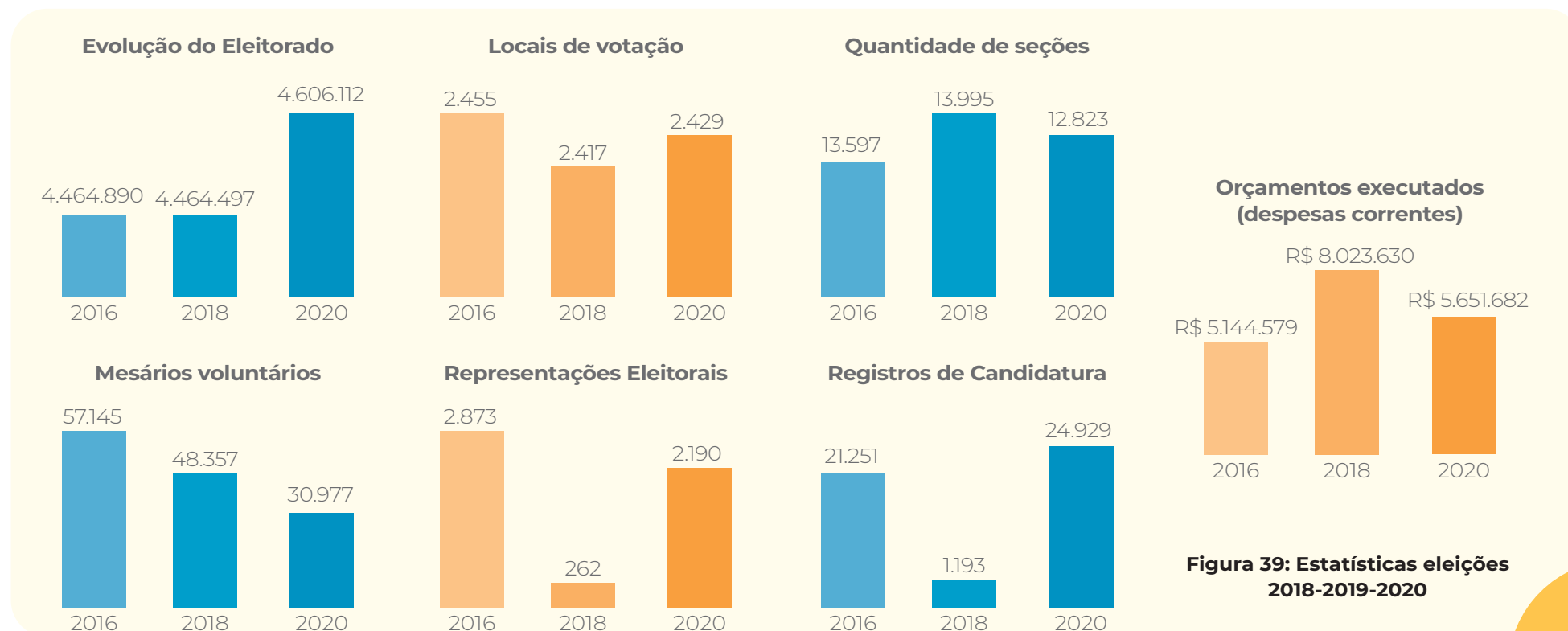


Figura 39: Estatísticas eleições 2018-2019-2020

Os indicadores dos processos das eleições, criados para a medição e análise do desempenho, em busca do aperfeiçoamento e da melhoria contínua, devido à pandemia obteve resultado um pouco diverso do esperado, mas satisfatórios.

Relação dos indicadores de planejamento das eleições

Processo eleitoral

Índice de Desempenho dos Processos Eleitorais

Meta: 80% Resultado: **64,29**

Alocação de equipes

Índice de satisfação das alocações realizadas

Meta: 70% Resultado: **92,30%**

Índice de alocações realizadas

Meta: 80% Resultado: **100,00%**

Captação, Treinamento e Alimentação de Mesários e Colaboradores

Índice de mesários voluntários nas zonas eleitorais

Meta: 50% Resultado: **49,12%**

Índice de mesários treinados por zona, considerando treinamento presencial e EAD.

Meta: 50% Resultado: **60,54%**

Geração de Mídias

Índice de mídias geradas, no prazo planejado

Meta: 100% Resultado: **100,06%**

Gestão de Aquisições de Bens e Contratações de Serviços

Índice de aderência ao plano de contratações e aquisições de pleitos

Meta: 85% Resultado: **43%**

Índice de conformidade do cronograma de execução do plano de contratações e aquisições de pleitos

Meta: 85% Resultado: **50%**

Lacração de Urnas

Índice de urnas eletrônicas com defeito na cerimônia de carga e lacre

Meta: 0,5% Resultado: **0,70%**

Manutenção de Urnas

Índice de urnas eletrônicas preparadas e distribuídas no prazo determinado

Meta: 100% Resultado: **100,00%**

Planejamento de Eleições

Índice de execução orçamentária de pleitos

Meta: 85% Resultado: **84,66%**

Índice de execução do Planejamento Integrado de Eleições no Sistema Monitoramento

Meta: 60% Resultado: **97,87%**

Processo de Votação

Índice de urnas eletrônicas substituídas

Meta: 1,5% Resultado: **1,12%**

Registro de Candidaturas

Tempo médio de tramitação entre a protocolização dos pedidos e a publicação da sentença.

Meta: 20 dias Resultado: **22,16**

Conciliar o rito eleitoral democrático com a saúde pública da população em meio à pandemia da COVID-19 foi o maior desafio do pleito de 2020. Em Goiás, a união e o engajamento de todos os protagonistas envolvidos no processo resultaram na definição dos protocolos e das ações necessárias para a boa fluência das campanhas eleitorais e da realização da votação de forma transparente, segura e confiável.

O desafio para as próximas eleições, por se tratar de eleições gerais, será a consolidação da imagem e da credibilidade da Justiça Eleitoral, além de aprofundar e reforçar o combate à desinformação em relação à confiabilidade do processo eleitoral e da urna eletrônica.



Figura 40: Eleições 2020 em números

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário (ambos da Relatoria do Ministro Bruno Dantas);

Desde 2012, o Tribunal de Contas da União, vem realizando levantamentos para conhecer a situação da governança no setor público federal e de outros entes jurisdicionados do TCU, e estimular suas organizações a adotarem boas práticas no tema.

O levantamento realizado em 2017 resultou no [Acórdão 2.699/2018](#), o qual determinou o acompanhamento, por cinco anos, da capacidade de governança e gestão dos órgãos e entidades jurisdicionados, a fim de identificar riscos sistêmicos, neste sentido e diante dos resultados, a instituição elaborou uma agenda de melhorias em 2018, cujo acompanhamento é realizado por meio do Procedimento Administrativo Digital (PAD nº 5223/2018).

Em 2019 e 2020 o TCU não aplicou os questionários de levantamentos para o ciclo. Entretanto, em decorrência da relevância das medições e da importância da continuidade do processo de levantamentos com o uso da metodologia adotada pelo órgão de controle, bem como das medidas em curso em relação aos resultados dos indicadores de governança e gestão levantados nos anos de 2017 e 2018, o TRE-GO fez constar na revisão do seu Planejamento Estratégico 2016-2021, realizada em 2019, do indicador geral de governança (iGG).

O TRE-GO, foi avaliado nos anos de 2017 e 2018, obtendo os seguintes resultados:

Indicadores	2017	2018
iGG (índice integrado de governança e gestão públicas)	46%	49%
iGovPub (índice de governança pública)	63%	64%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	39%	49%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	23%	32%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	68%	66%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	53%	53%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	54%	63%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	54%	48%

Tabela 07: Indicadores de governança 2017/2018

Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

1. Revisão trimestral das listas de verificação usadas nos processos de contratações, com atualização da legislação, caso ocorra;
2. Elaboração do manual do Cartão Corporativo que está disponível na [página da SAO](#) na Intranet do TRE-GO;
3. Realização de capacitação de servidores na área de conformidade contábil, licitações e contratos e folha de pagamento;
4. Elaboração de planilhas para cálculo de retenção de tributos o que agilizou os pagamentos;
5. Atualização da [Portaria nº 861/2011 - PRES](#) - que trata do estabelecimento de normas para contratações de obras, serviços e bens no âmbito deste Regional, o cronograma encontra-se em dia. O projeto está com 50% de sua execução concluída, conforme pode ser observado no procedimento SEI nº 20.0.000004263-4;
6. Reformulação da [Portaria nº 423/2013 - PRES](#), que trata dos prazos e atividades a serem desenvolvidas no processo de contratações, a fim de dar celeridade e economia de recurso visando à eficácia na execução orçamentária, ao cumprimento do cronograma do Plano de Contratações. O projeto tramita no SEI sob o nº 20.0.000003157-8 e encontra-se com seu cronograma adiantado, e com 92% já executado;
7. Implementação da gestão e fiscalização dos contratos através de ferramenta eletrônica de acompanhamento. O acompanhamento deste projeto poderá ser verificado no PAD nº 200/2020. O cronograma do projeto se encontra na fase 10, em atraso, tendo cumprido já setenta e cinco por cento (75%) do total do projeto;
8. Instituir as contratações sustentáveis no TRE-GO. Tramita no PAD nº 9725/2020. Até 31/12/2020, 90% do projeto estava cumprido, e está dentro do prazo programado;
9. Padronização dos instrumentos convocatórios e contratuais. Tramita no procedimento SEI nº 20.0.000003461-5. Foi concluído 70% do projeto e está com o cronograma em dia;
10. Direcionamento, a priorização e acompanhamento das iniciativas de TI, para suportar os processos essenciais da Justiça Eleitoral de Goiás. Foram aperfeiçoados com a revisão dos [Planos Estratégico de Tecnologia da Informação \(PETI\) 2016–2021](#) e [Diretor de Tecnologia da Informação \(PDTI\) 2016–2018](#), juntamente com o mapeamento dos respectivos processos de trabalho.
11. Automatização e implementação de processos de Gestão de Serviços de TI;
12. Implantação da infraestrutura para o Datacenter secundário, visando à redundância de serviços de TI;
13. Atualização do parque computacional de todas as Zonas Eleitorais e unidades administrativas;
14. Melhoria da performance da rede de dados com a ampliação da velocidade dos links de comunicação de dados da internet, dos links que compõem o Backbone com os cartórios eleitorais e disponibilização para novos postos de atendimento ao eleitor (Vapt-Vupt);
15. Implantação do componente de Gestão de Riscos do Sistema de Gestão Institucional (SE SUITE), com a inclusão e acompanhamento dos riscos de eleição;
16. Continuidade da execução do Plano de Gestão de Pessoas – 2016-2021, que tem como base o referencial teórico do TCU, desde sua implementação o Tribunal vem alcançando o desempenho satisfatório, em levantamento interno alcançou 74,3% do Índice iGovPessoas-TRE-GO.

O rol de medidas acima representa as principais ações no sentido de se alcançar o aprimoramento da capacidade da alta administração, da gestão dos riscos da organização e assegure a continuidade do negócio, o planejamento das eleições, promova a transparência, a prestação de contas, a gestão da aquisição de bens e contratação de serviços, a governança e gestão de TI e a gestão de pessoas, sendo esta última com avanços significativos no seu iGovPessoas.

Neste sentido, os resultados alcançados pelo TRE-GO nos últimos ciclos demonstram o comprometimento e nível crescente de maturidade na implantação das boas práticas de governança e gestão.

Principais ações de supervisão, controle e de correição adotadas

Assessoria-Chefe da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral

As atividades correcionais se alinham aos seguintes objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás:

1. Garantir os direitos da cidadania;
2. Fortalecer a segurança e a transparência do processo eleitoral;
3. Combater a corrupção e a improbidade administrativa;
4. Garantir a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

Resumo geral das inspeções e correições

ATIVIDADE	ANO DE 2020
Inspeções realizadas	9
Correições Ordinárias julgadas	92
Total de ações realizadas	101

Tabela 08: Resumo geral das inspeções e correições Corregedoria

Durante a instrução dos respectivos procedimentos administrativos de correições/inspeções, diversas providências foram prescritas aos magistrados, visando a esclarecer ou normalizar as inconsistências detectadas, e a adoção de medidas para garantir a celeridade dos julgamentos e a redução da taxa de congestionamento de processos na unidade.

Por outro lado, foram realizados os mapeamentos das inconformidades cujas atribuições para tratamento são de áreas técnicas e/ou de gestão deste Tribunal – questões não relacionadas à regularidade das atividades cartorárias propriamente –, e juntados nos autos dos procedimentos administrativos digitais SEI nº 3426-7 (achados em correições ordinárias) e nº 3425-9 (achados em inspeções cartorárias). Ambos os procedimentos foram encaminhados à Presidência deste Regional para a adoção das providências cabíveis.

É importante destacar que as medidas sanitárias restritivas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça^[1], pelo Tribunal Superior Eleitoral^[2] e por este Tribunal Regional Eleitoral de Goiás^[3], visando evitar a propagação do novo coronavírus, afetaram substancialmente o desempenho das atividades correcionais nas unidades de 1º grau.

De fato, através do Provimento da Corregedoria Geral Eleitoral nº 2/2020, foi prorrogado até 30 de abril de 2021 o prazo para a realização das correições ordinárias anuais relativas ao período referência 2020.

Da mesma forma, não foi realizada nenhuma correição de natureza extraordinária durante o ano 2020.

Ademais, o Provimento VPCRE nº 3/2020 suspendeu, a partir de 17 de março de 2020, e enquanto vigorar as medidas sanitárias restritivas, a realização das inspeções cartorárias presenciais.

[1] Resolução CNJ nº 313, de 19.3.2020 e Resolução CNJ nº 314, de 20.4.2020.

[2] Resolução TSE nº 23.615, de 19.4.2020 e Portaria TSE nº 265, de 24.4.2020.

[3] Portaria Conjunta TRE/GO nº 1, de 16.3.2020; Portaria PRES nº 74, de 17.3.2020; Portaria PRES nº 76, de 20.3.2020; Portaria PRES nº 88, de 3.4.2020; Portaria Conjunta TRE/GO nº 2, de 22.4.2020 e Portaria PRES nº 102, de 28.4.2020.

Segue abaixo quadro descritivo do calendário das inspeções realizadas ao longo do ano de 2020, em cumprimento ao disposto no Provimento VPCRE nº 1/2020. Salienta-se que o critério para a escolha das zonas eleitorais a serem inspecionadas é a priorização daquelas não vistoriadas nos últimos 5 (cinco) anos e as que apresentem maior taxa de congestionamento de processos.

CIDADES	ZONA ELEITORAL	DATA
Luziânia	19ª	12/02/20
Novo Gama	4ª	13/02/20
Valparaíso de Goiás	33ª	13/02/20
Silvânia	31ª	20/02/20
Piracanjuba	25ª	21/02/20
Caldas Novas	7ª	21/02/20
Itauçu	57ª	11/03/20
Pirenópolis	26ª	12/03/20
Ceres	72ª	12/03/20

Tabela 09: Calendário de inspeções

Detalhamento das inspeções

Em cada uma das 9 (nove) unidades inspecionadas, uma comissão de servidores desta Corregedoria Regional, em ação com finalidade primordialmente educativa e preventiva, avaliou a regularidade dos serviços eleitorais prestados em geral, inclusive referentes à tramitação de processos judiciais e administrativos.

Coordenadoria de Auditoria

O TRE-GO, por meio da Coordenadoria de Auditoria (CAUD), vem avançando no fortalecimento da terceira linha de defesa que traz a possibilidade de avaliação objetiva e independente da gestão dos riscos, controles e governança do Tribunal, gerando como resultados a comunicação e efetivação das oportunidades de melhoria para alcance dos objetivos estratégicos, em especial o combate à corrupção.

Como medida de auxílio, a unidade tem direcionado esforços para a aplicação da metodologia de auditoria baseada em riscos que é o modelo de avaliação dos riscos, que alterou a perspectiva da auditoria interna. Em vez de voltar-se para os processos do negócio como algo que está dentro de um sistema de controle, agora as auditorias buscam a análise considerando risco que vem a nortear nossos trabalhos.

Com essa metodologia mensuramos e priorizamos os riscos para possibilitar o foco nas áreas auditáveis mais significativas. Em cada ação de auditoria, a avaliação dos riscos é utilizada para identificar as áreas mais importantes dentro da organização, permitindo delinear um programa de auditoria capaz de testar os controles mais importantes, ou testar os controles com maior profundidade ou mais minuciosamente.

Nessa senda, a equipe de Auditoria passou por importantes capacitações em 2020 sobre a temática e com esse olhar foi construído o Plano Anual de Auditoria, Plano de Capacitação, bem como os demais normativos internos desenvolvidos em 2020, conforme a seguir:

• Elaboração e Publicação do Plano Anual de Auditoria

O Plano Anual de Auditoria 2020 foi publicado em novembro de 2019 em sua primeira versão. Em setembro de 2020 a Coordenadoria de Auditoria Interna revisou e atualizou o Plano Anual, como medida de avaliação de riscos e redirecionou esforços para atendimento à [IN 84/2020](#), do Tribunal de Contas da União, que conferiu aos órgãos públicos federais a incumbência de analisar as prestações de contas anuais de seus gestores. Tal atividade exigiu da CAUD grande esforço e investimento de tempo e recursos humanos, para bem desempenhar os trabalhos da primeira etapa da Auditoria Financeira integrada com Conformidade.

Importante registrar que a Auditoria Coordenada pelo CNJ e Integrada com o TSE sofreram alteração de calendário, respectivamente até, em razão da pandemia COVID-19, provocada pelo vírus SARS-COV-2 agravada a partir de março de 2020. Nesse sentido, as situações mencionadas sensibilizaram as atividades havendo necessidade de revisão e atualização do Plano anual.

• Atualização do Plano Anual de Auditoria

A edição das [Resoluções nº 308 e 309/2020](#) do Conselho Nacional de Justiça que Organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário e aprova Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário, respectivamente exigiram o alinhamento de normativos internos, bem como regulamentou a inclusão de outros mecanismos conforme a seguir:

• Elaboração do Plano Anual de Capacitação.

(Execução 2021) aprovado por meio do SEI 20.0.000003299-0. Aprovadas em agosto de 2020 as [Resoluções TRE-GO nº 331/2020](#) – dispões sobre o Estatuto de Auditoria Interna do TRE-GO, e a [Resolução TRE-GO nº 332/2020](#) que institui o Código de Ética da unidade de Auditoria Interna do TRE-GO. PAD 5771/2020

Auditorias realizadas em 2020

Das auditorias programadas para 2020, 100% foram iniciadas. No primeiro semestre o índice de execução do Plano Anual foi de 57% e no segundo semestre 43%.

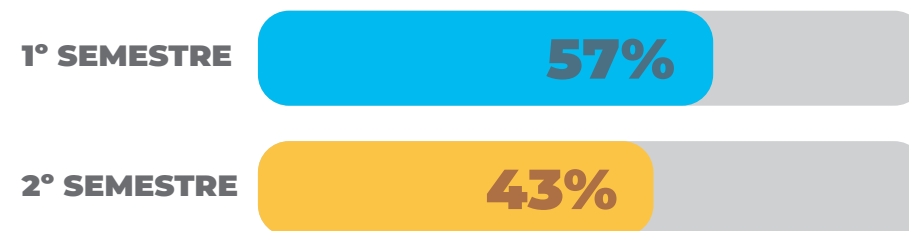


Figura 41: índice de execução de auditorias

Algumas Auditorias tiveram previsão de conclusão em 2021, como auditoria de transporte de urnas, de alimentação de mesários, que devido a alteração do Calendário Eleitoral tornou-se inviável iniciar em dezembro de 2020. Assim também ocorreu com a Auditoria Financeira integrada com Conformidade, que não estava prevista e que veio a compor o Plano de Anual de Auditoria as vésperas do segundo semestre do ano de 2020 e será concluída em março/2021.

Importante ressaltar que a auditoria Integrada com o Tribunal Superior Eleitoral, relativa ao Processo de gestão de infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos (PAD 402/2020) está na fase de execução neste Regional, muito embora o TSE tenha mantido a sua suspensão até véspera da realização das eleições o que deu ensejo a prorrogação do prazo de entrega da auditoria para 2021, em razão das consequências trazidas pela COVID-19 (Ofício-Circular SCI nº125/2020).

A Auditoria de benefício especial foi concluída em dezembro de 2020, assim como a Auditoria Especial de Execução Orçamentária. Já a Auditoria Financeira Integrada com Conformidade está na fase final de execução tendo sido entregue à Administração em 30 de novembro de 2020 o relatório preliminar com as distorções identificadas.

Monitoramento das Recomendações da Auditoria (PAD nº 535/2019)

Trata-se de atividade de extrema importância, regulamentada internamente pela Portaria PRES nº 78/2018, consistindo no acompanhamento e verificação da implementação de fato das melhorias propostas à Organização. O Índice de implementação das recomendações expedidas pelo órgão de auditoria, no ano de 2020, alcançou o resultado de 69,5%.

O resultado anual de 69,5% mostra-se bastante positivo principalmente se considerar que a meta estabelecida foi no patamar de 65%, e mesmo com todos desafios de 2020 foi superada. O principal fator que sensibilizou o resultado refere-se ao atendimento das recomendações da Auditoria nos serviços de atendimento ao eleitor no dia das eleições, o que nos revela que mesmo em meio a maior crise sanitária já enfrentada pelo Brasil a Justiça Eleitoral vem direcionando seus esforços para a manutenção da boa prestação de serviços ao eleitor.

Assistência da Qualidade

O Sistema de Gestão da Qualidade do TRE-GO vem sendo reestruturado desde o início de 2020 para permitir que as expansões de escopo se integrem melhor ao núcleo do sistema. O acompanhamento das ações corretivas e de mudanças vem sendo aperfeiçoado. Estes dois programas de ação possibilitaram a redução das constatações de auditoria em 2020. Destaque-se que o parâmetro de trabalho utilizado pelo Sistema de Gestão da Qualidade é a NBR ISO 9001:2015.

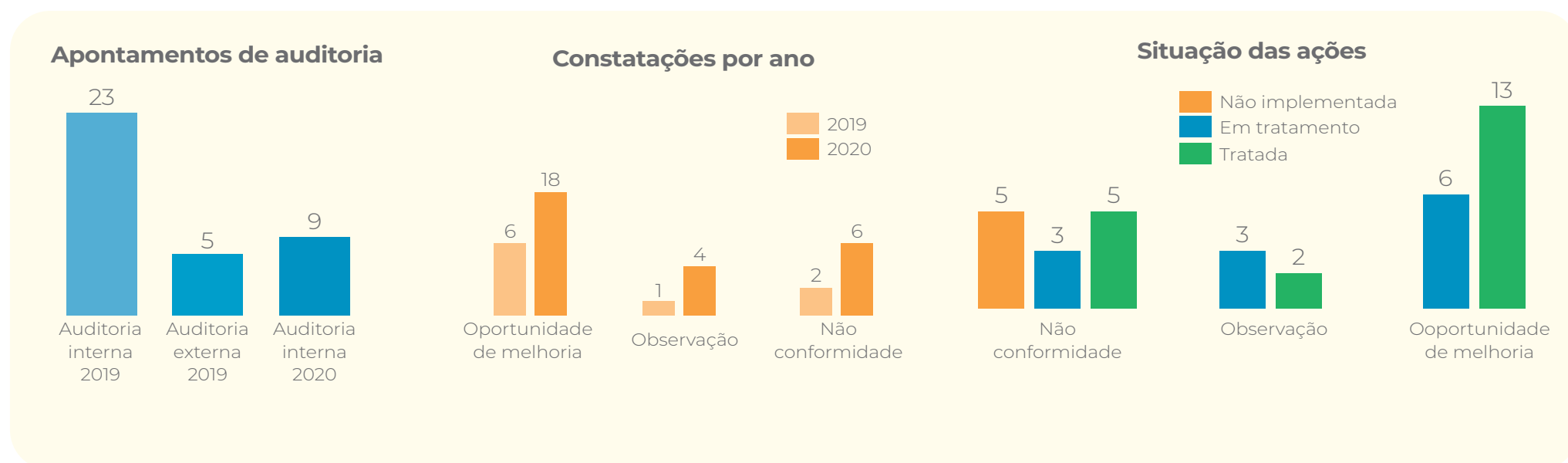


Figura 42: Quadro auditorias - Qualidade